

# Vulnerabilidade, discurso e letramento em contexto digital: uma análise da notícia dos “búfalos invasores” pela Análise do Discurso Ecosistêmica

*Vulnerability, discourse, and literacy in digital context: an analysis of the “invasive buffaloes” news through Ecosystemic Discourse Analysis*

*Vulnerabilidad, discurso y literacidad en el contexto digital: un análisis de la noticia de los “búfalos invasores” a través del Análisis del Discurso Ecosistémico*

## RESUMO

Com o avanço das tecnologias digitais e das redes sociais, houve um aumento da desinformação e do mau uso desses recursos, muitas vezes incitando a violência e contribuindo para a vulnerabilidade de grupos mais suscetíveis, como os animais. Assim, é necessário investigar se essa evolução impacta o letramento digital, analisando como os gêneros discursivos no contexto digital podem influenciar práticas sociais e discursivas. Este trabalho tem como objetivo analisar a notícia “Quase cinco mil búfalos selvagens e invasores vivem sem monitoramento, devastando reservas ambientais de RO”, publicada no g1 em dezembro de 2023. Utiliza-se a Análise do Discurso Ecosistêmica (ADE), fundamentada na valorização da vida e na superação da vulnerabilidade, com análise qualitativa e ecometodologia. O foco recai sobre escolhas lexicais e construções linguísticas mobilizadas no texto, evidenciando que os animais ocupam uma posição subalterna na sociedade, caracterizando o especismo e revelando a vulnerabilidade linguístico-discursiva.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso Ecosistêmica; vulnerabilidade; letramento; especismo.



Recebido em: 10 de janeiro de 2025  
Aceito em: 8 de abril de 2025  
DOI: 10.26512/les.v26i2.56820

# CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

*Papers on Language and Society*

**Mayara Macedo Assis**

[mayaramacedo@ufgo.br](mailto:mayaramacedo@ufgo.br)

<https://orcid.org/0000-0002-7579-252X>

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

**Zilda Dourado Pinheiro**

[zilda\\_pinheiro@ueg.br](mailto:zilda_pinheiro@ueg.br)

<https://orcid.org/0000-0002-7997-2595>

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Quirinópolis, Goiás, Brasil

**Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto**

[elza.couto@ufgo.br](mailto:elza.couto@ufgo.br)

<https://orcid.org/0000-0002-0987-8448>

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

# ARTIGO

## ABSTRACT

With the advancement of digital technologies and social media, there has been an increase in misinformation and the misuse of these resources, often inciting violence and contributing to the vulnerability of more susceptible groups, such as animals. Thus, it is necessary to investigate whether this evolution impacts digital literacy by analyzing how discursive genres in the digital context can influence social and discursive practices. This study aims to analyze the news article “Nearly five thousand wild and invasive buffalo live unmonitored, devastating environmental reserves in RO”, published on g1 in December 2023. The research adopts Ecosystemic Discourse Analysis (EDA), which is based on valuing life and overcoming vulnerability, with a qualitative analysis and ecomethodology. The focus is on the lexical choices and linguistic constructions used in the text, highlighting that animals occupy a subaltern position in society, characterizing speciesism and revealing linguistic-discursive vulnerability.

**Keywords:** Ecosystemic Discourse Analysis; vulnerability; literacy; speciesism.

## RESUMEN

Con el avance de las tecnologías digitales y las redes sociales, ha habido un aumento de la desinformación y el mal uso de estos recursos, a menudo incitando a la violencia y contribuyendo a la vulnerabilidad de grupos más susceptibles, como los animales. Así, es necesario investigar si esta evolución impacta la literacidad digital, analizando cómo los géneros discursivos en el contexto digital pueden influir en las prácticas sociales y discursivas. Este trabajo tiene como objetivo analizar la noticia “Casi cinco mil búfalos salvajes e invasores viven sin monitoreo, devastando reservas ambientales de RO”, publicada en g1 en diciembre de 2023. Se utiliza el Análisis del Discurso Ecosistémico (ADE), fundamentado en la valorización de la vida y la superación de la vulnerabilidad, con un análisis cualitativo y ecometodología. El enfoque recae en las elecciones léxicas y construcciones lingüísticas movilizadas en el texto, evidenciando que los animales ocupan una posición subalterna en la sociedad, caracterizando el especismo y revelando la vulnerabilidad lingüístico-discursiva.

**Palabras clave:** Análisis del Discurso Ecosistémico; vulnerabilidad; literacidad; especismo.

### Como citar:

ASSIS, Mayara Macedo; PINHEIRO, Zilda Dourado; COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do. Vulnerabilidade, discurso e letramento em contexto digital: uma análise da notícia dos “búfalos invasores” pela Análise do Discurso Ecosistémica. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 110-126, jul./dez. 2025. Disponível em: . Acesso em: XXX.

### Correspondência:

Nome por extenso do autor principal  
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

### Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Creative Commons Attribution 4.0 International license  
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



## INTRODUÇÃO

A evolução das tecnologias digitais e formas de divulgação de conhecimento implicam também novas dinâmicas no que diz respeito aos gêneros textuais/discursivos e às práticas sociais que envolvem a linguagem, levando a novas formas de se produzir, difundir e consumir informações. Nesse contexto, é preciso intensificar o letramento digital nos espaços de formação educacional, tais como escolas e universidades, visto que muitas pessoas não são devidamente instruídas sobre como se utilizar das tecnologias digitais de informação e comunicação.

O letramento digital educa as pessoas a acessarem melhor as informações nas práticas digitais de comunicação. Logo, os problemas de formação nesse letramento geram mau uso das ferramentas digitais e aumento da desinformação, contribuindo para a vulnerabilidade linguístico-discursiva de grupos sociais historicamente mais acometíveis, tais como a população negra, LGBTQIA+, mulheres, imigrantes, dentre outros. A vulnerabilidade linguístico-discursiva consiste nas formas como a palavra pode ser mobilizada para ferir e manter esses grupos em uma posição de subalternidade, muitas vezes incitando a violência e os discursos de ódio.

Nesse cenário marcado por diversas formas de discriminação, os animais também são um grupo sujeito a vulnerabilidade, violência e inferiorização. As relações entre o homem e o meio ambiente também são mediadas pelas tecnologias digitais e se configuram como um discurso, pela língua, podendo levar ao especismo: o tratamento desfavorável injustificado daqueles que não pertencem à determinada espécie (Horta, 2022), o que leva à percepção de que certas espécies têm mais direito à vida do que outras. O escasso letramento digital e o consumo e propagação de informações no meio digital de modo inconsciente pode favorecer a legitimação dos discursos que mantêm pessoas e animais em situação de vulnerabilidade.

Tendo isso em mente, o objetivo deste trabalho é analisar a notícia “Quase cinco mil búfalos selvagens e invasores vivem sem monitoramento, devastando reservas ambientais de RO”, publicada na internet, no g1 em dezembro de 2023. A notícia em questão fala sobre os búfalos que vivem em uma reserva ambiental de RO – e que foram introduzidos na região por ação humana – e os impactos ambientais decorrentes da permanência dos animais. Nela, conforme será evidenciada na seção de análise, há evidências linguístico-discursivas de especismo que coloca os animais em uma posição de vulnerabilidade.

Considerando as novas dinâmicas de interação que têm surgido com as tecnologias digitais, o ecossistema virtual também demanda atenção, visto que o que é difundido no meio digital culmina na “produção de novos comportamentos que têm implicações políticas, sociais e emocionais” (Silva, 2019, p. 68). Ou seja, não se pode separar “mundo real” e “mundo virtual”, pois os dois domínios se entrecruzam e modificam a dinâmica das relações sociais e os aspectos da vida no geral. Por isso a importância do letramento.

O *corpus* será analisado qualitativamente sob a ótica da Análise do Discurso Ecosistêmica (ADE), uma forma de se fazer análise do discurso que parte da Ecologia, adotando os seus principais conceitos – tais como o de ecossistema e interação. Além disso, ela parte de uma visão ecológica de mundo, o que significa adotar uma atitude ecocêntrica em detrimento da antropocêntrica que predomina na sociedade ocidental. Faz parte de seu escopo teórico a valorização da vida, amenização do sofrimento e superação da vulnerabilidade.

Adota-se a ecometodologia, que é a metodologia própria da ADE que consiste na focalização: foca-se em aspectos específicos do texto-discurso a depender dos objetivos do pesquisar, mas sem perder de vista a sua inserção no ecossistema integral da língua, que abrange seus aspectos naturais, mentais e sociais. Neste caso em questão, foca-se nos aspectos linguísticos mobilizados no texto, evidenciando de que modo os discursos emergem e os sentidos são construídos a partir das escolhas lexicais e construções sintáticas. Ressalta-se que a ecometodologia é multidisciplinar, permitindo assim relações com outras áreas de conhecimento quando necessário.

Aqui, propõe-se uma relação com os estudos do letramento, que é parte da formação de leitores e produtores de textos-discursos para que possam compreender o impacto que os gêneros textuais/discursivos têm nas práticas sociais. Espera-se mostrar que é preciso reconhecer que a vulnerabilidade – nesse caso em específico, dos animais – também é de ordem linguística e discursiva, e que é preciso um uso mais responsável das tecnologias digitais de informação e comunicação para o combate do especismo e a formação de cidadãos mais conscientes.

Para além desta introdução, o presente trabalho está organizado em mais três seções. Na segunda parte, apresentam-se os principais pressupostos teóricos da Análise do Discurso Ecosistêmica (ADE), a partir de Couto e Fernandes (2021) e Couto e Ramadan (2024). Abordam-se também alguns aspectos do letramento digital segundo Ribeiro (2008) e Coscarelli (2020), bem como dos gêneros textuais/discursivos (Bakhtin, 2016), a fim de situar a sua relação com o discurso. Em sequência, é apresentada a análise propriamente dita na notícia em questão, na qual se recorre a autores que versam sobre especismo, tais como Horta (2022). Por fim, são tecidas as considerações finais e listadas as referências.

## **1. ANÁLISE DO DISCURSO ECOSSISTÊMICA, VULNERABILIDADE E LETRAMENTO**

A Análise do Discurso Ecosistêmica (ADE), a teoria que embasa este trabalho, surgiu no mesmo escopo teórico da Ecolinguística, disciplina introduzida no Brasil a partir de Couto (2007). Como o próprio nome já indica, a teoria parte da Ecologia para analisar os textos-discursos, utilizando-se de seus conceitos centrais, tais como o de ecossistema e interação.

Um ecossistema, na Ecologia, é constituído por três elementos: uma população (P) em determinado território ou habitat (T), interagindo entre si por meio de interações harmônicas ou desarmônicas (I). Da mesma forma, um ecossistema linguístico é constituído por um povo (P) em seu território (T) interagindo por meio da língua (L).

Nota-se que o I dá lugar ao L, indicando que a língua é a própria interação, e não uma ferramenta utilizada para a interação (Couto, 2007). Há ainda duas formas de interação: entre organismo-mundo, que consiste na referenciação, e entre organismo-organismo, que caracteriza a comunicação. Segundo Couto (2017, p. 52), “essas duas interações formam as duas faces da língua [...] afinal, nós comunicamos referindo-nos a algo e referimos a algo comunicando”.

Considerando-se esses conceitos iniciais, o objeto de estudo da Ecolinguística – ou Linguística Ecológica (LE), que delimita a vertente praticada no Brasil – é a interação comunicativa que se dá em um ecossistema linguístico. A ADE, por sua vez, se dedica aos discursos que emergem a partir desses ecossistemas (Couto; Fernandes, 2021), analisando de que modo os sentidos são construídos em uma rede de interações comunicativas, envolvendo as dimensões natural, mental e social.

O ecossistema natural é constituído pelos elementos físicos; trata-se de um povo de carne e osso habitando um território físico e interagindo por meio dos aspectos fisiológicos da língua. O ecossistema mental tem como *locus* a mente, na qual ocorrem as interações entre os neurônios e onde são formadas e armazenadas as memórias, símbolos e metáforas. Já no ecossistema social, os indivíduos são vistos em sua dimensão social e coletiva, em que se percebem os valores, visões de mundo e ideologias de determinada comunidade. Os três juntos formam o ecossistema integral da língua.

É importante ressaltar que, para a ADE, o discurso é entendido como “a relação entre os modos de ver/interpretar o mundo (perspectivas) em dado ecossistema linguístico e como se pode interagir comunicativamente/agir a partir deles” (Silva, 2022, p. 19). Trata-se de uma visão de mundo e, ao mesmo tempo, de um modo de conduta, que estão subordinados à ecoideologia ou ideologia da vida. Dessa forma, a noção de ideologia na ADE abarca todo e qualquer tipo de valor que se manifesta no texto-discurso, priorizando sempre a manutenção do equilíbrio e da harmonia no ecossistema.

A partir disso, delineiam-se os dois princípios básicos da ADE: a defesa da vida e a luta contra o sofrimento evitável (Couto; Fernandes, 2021). Quando se fala em defesa da vida, consideram-se as vidas humanas, animais e vegetais. Ou seja, todas as espécies têm igual direito à vida e à autorrealização. Trata-se de uma visão de mundo ecocêntrica e não antropocêntrica, que consiste em colocar o ecossistema como um todo no centro das preocupações, reconhecendo o valor e a interdependência de humanos, outros seres vivos e elementos naturais, valorizando a diversidade e o bem-estar coletivo, afinal: “o ser humano é apenas um dos

constituintes do meio ambiente, um ser microc3smico que, na rela33o com todos os outros seres, integra o macrocosmo” (Couto; Fernandes, 2021, p. 8).

Quando se fala em preservar a vida e lutar contra o sofrimento evit3vel, pressup3e-se a 3tica do cuidado e caminhos para se superar a vulnerabilidade (Couto; Ramadan, 2024). Segundo as autoras, 3 preciso ter um princ3pio norteador para que o pr3prio pesquisador n3o acabe por julgar o que 3 ou n3o 3 sofrimento, o que 3 bom e o que 3 ruim, segundo suas pr3prias vis3es de mundo e contexto cultural. Considerando que a percep33o do sofrimento 3 afetada pelo papel da mente e da cultura e que o sofrimento n3o 3 isolado (o mental afeta o f3sico, que afeta o social, e assim retroativamente), torna-se um impasse delimitar o que 3 ou n3o sofrimento.

Diante disso, Couto e Ramadan (2024) prop3e a 3tica do cuidado, que pressup3e o comprometimento com todas as realidades de todos os seres, identificando as vulnerabilidades nos indiv3duos de todas as esp3cies e nos ecossistemas. Segundo Demetri (2018), vulnerabilidade n3o pressup3e passividade ou vitimismo, mas sim um reconhecimento da fragilidade: “O que est3 de pronto colocado 3 essa fragilidade da vida, uma depend3ncia 3s m3os que n3o s3o minhas, e como em determinadas situa33es essa fragilidade 3 exposta, aumentada” (Demetri, 2018, p. 16).

3 preciso, ent3o, identificar as condi33es que colocam determinado ser ou grupo em uma situa33o de vulnerabilidade, para ent3o conceber novas formas de organiza33o do ecossistema de modo a superar ou amenizar essa vulnerabilidade (Couto; Ramadan, 2024). Em muitos casos, 3 preciso agir para modificar o ecossistema e reestabelecer seu funcionamento harm3nico, segundo a eco3tica:

A eco3tica est3 ligada 3 quest3o da 3tica ambiental, conceito filos3fico desenvolvido na d3cada de 1960 que acredita na conserva33o da vida humana ligada essencialmente 3 conserva33o de todos os seres em equil3brio [...] Na perspectiva ecossist3mica, a eco3tica seria toda a33o que promova ou busque uma harmonia nas inter-rela33es dentro de um ecossistema e entre os integrantes dessa comunidade com o seu meio ambiente e deles entre si (Couto; Fernandes, 2021, p. 19).

O ser humano, dada a sua capacidade de intervir nos ecossistemas e nas outras formas de vida, torna-se o respons3vel por todos os n3veis de vulnerabilidade, podendo ainda ser um mediador da rela33o entre os seres vivos (Couto; Ramadan, 2024). Trata-se da referencia33o, a rela33o organismo-mundo (Couto, 2007), que articula o sujeito com seu ambiente de maneira din3mica e rec3proca. Quando essa rela33o 3 constru3da de modo desarm3nico, acaba por gerar a vulnerabilidade dos animais. Conforme j3 mencionado, a vulnerabilidade tamb3m 3 de ordem lingu3stico-discursiva, portanto, repensar a forma como a linguagem tem sido utilizada para se referir 3s formas de vida n3o humanas e aos problemas ambientais tamb3m 3 uma forma de a33o no ecossistema em prol de sua melhoria. Por isso a import3ncia do letramento.

O letramento vai além da habilidade técnica de ler e escrever. Segundo Rojo (2004, p. 3), “podemos entender letramento não apenas como a apropriação e o conhecimento do alfabeto, mas como o processo de apropriação das práticas sociais de leitura e de escrita e, naturalmente, das capacidades nelas envolvidas”. Ou seja, o letramento envolve também a interação dos indivíduos com seus respectivos contextos culturais, históricos e sociais. Por isso, a ADE – que entende os discursos como parte de ecossistemas interligados e dinâmicos – pode ser uma aliada nos estudos das práticas sociais que ocorrem nesses ecossistemas.

Segundo Ribeiro (2008), no senso comum, uma pessoa letrada é sinônimo de erudição. Entretanto, em termos de letramento, ser letrado significa conviver com práticas letradas em uma sociedade grafocêntrica. Trata-se do estágio posterior à alfabetização, da inserção na cultura escrita e do uso da língua em práticas sociais (Soares, 2003). Não é um conceito estanque, visto que:

Não há um limite para o letramento uma vez que a humanidade sempre inventará formas novas de escrever, novos gêneros de texto, suportes de leitura, etc., de acordo com as infinitas necessidades que temos e teremos, fazendo com que nosso horizonte de letramento esteja sempre em expansão. A Internet e as máquinas digitais estão entre nossas opções mais recentes (Ribeiro, 2008, p. 29).

Diferentes práticas sociais geram diferentes letramentos, surgindo a necessidade de se pensar em letramento digital. Tal denominação surge para especificar um domínio: aquele que envolve o uso das novas tecnologias digitais de informação e comunicação (Ribeiro, 2008). Segundo a autora, envolve todas as habilidades necessárias para uma comunicação eficiente em ambientes digitais, seja no celular, computador ou outra ferramenta. Enquanto as teorias do letramento enfatizam as práticas sociais e culturais que moldam o uso das diferentes linguagens (escrita, oral, visual, digital), a ADE explora como essas práticas se interconectam em ecossistemas dinâmicos e interdependentes, afetando a construção de sentidos.

Assim, o letramento digital pode ser entendido como uma prática que reflete e ao mesmo tempo transforma o ecossistema sociocultural. Trata-se de uma perspectiva integradora: a ADE amplia a compreensão dos efeitos de sentido ao estudar a sua construção em ambientes digitais, enquanto as teorias do letramento oferecem uma base para entender a especificidade das práticas comunicativas que emergem nesse domínio.

De acordo com Coscarelli (2020), os usuários de internet muitas vezes carecem de um olhar crítico e atento às informações que encontram. Para além de saber usar os programas e equipamentos que precisam ser dominados para a leitura e escrita no contexto digital, é preciso também compreender os textos-discursos, visto que “não há texto desprezioso nem neutro, não há discurso que não seja retórico e argumentativo” (Coscarelli, 2020, p. 9). O mesmo se aplica aos gêneros jornalísticos, por mais imparciais que pareçam ser.

Ao falar em gênero, recorre-se aqui à concepção de Bakhtin (2016), que define os gêneros do discurso como tipos relativamente estáveis de enunciados. Para o autor, os usos da linguagem são tão multiformes quanto os campos da atividade humana, por isso concretizam-se em enunciados heterogêneos: “assimilamos as formas da língua somente nas formas dos enunciados e justamente com essas formas” (Bakhtin, 2016, p. 38). Os gêneros, dessa forma, refletem as mudanças que transcorrem na vida social e por isso são apenas relativamente estáveis, marcados pela diversidade e flexibilidade. Essas características são notadas com a adaptação de certos gêneros no meio digital.

Segundo Canavilhas (2001), no que diz respeito aos gêneros jornalísticos em meio digital, duas possibilidades podem ocorrer: uma mera transposição dos velhos jornalisismos para um novo meio ou uma adaptação a esse meio, explorando suas novas potencialidades. No segundo caso, o produto é uma webnotícia, na qual pode haver possibilidade direta de interação com o produtor do texto/outros leitores e presença de hipermídia e hiperlink (links com chamadas para outras notícias).

Mesmo em se tratando especificamente de letramento digital, as possibilidades de estudo são tão amplas que é preciso fazer um recorte ainda mais específico do gênero e temática a serem trabalhados. Dessa forma, o *corpus* aqui delimitado foi uma webnotícia cuja temática evidencia a vulnerabilidade linguístico-discursiva dos animais. Mais especificamente, dos “búfalos invasores”, como se verá na seção a seguir.

## 2. ANÁLISE: SERIAM OS BÚFALOS REALMENTE INVASORES?

A notícia publicada no G1 é intitulada “Quase cinco mil búfalos selvagens e invasores vivem sem monitoramento, devastando reservas ambientais de RO”, seguida do subtítulo “Búfalos estão causando extinção de espécies, mudança no fluxo de rios e redução da vegetação. Não existe qualquer projeto por parte do governo de monitoramento e controle dos animais”. Antes da análise em si, faz-se necessário algumas considerações sobre sua estrutura e uma apresentação de seu conteúdo.

Em termos de organização textual, a disposição do texto é fiel ao que Canavilhas (2001) diz sobre webnotícias. Segundo o autor, uma notícia em meio digital tende a ser um texto mais esquadrinhável, contando para isso com subtítulo, parágrafos concisos e presença de listas quando possível. A notícia em questão segue todos esses parâmetros.

Ribeiro (2008) afirma que alguns textos em meio digital não apenas transpõem conteúdos de um suporte para outro, mas nem por isso são ousados em sua apresentação. Nesses casos, acontece do texto em questão oferecer links relacionados a matérias relacionadas – os hiperlinks – e contar com uma ferramenta de busca para o leitor, mas não apresentar nenhuma ferramenta

de multimídia (como som e vídeo) e nenhum recurso de navegação completamente novo ou interativo. É o caso da notícia em questão.

Dessa forma, não há grandes desafios para o acesso do texto em si. O que de fato exige do leitor é a leitura crítica e consciente do texto, de modo a perceber como os elementos linguísticos mobilizados – tais como as escolhas lexicais – direcionam o leitor para determinada conclusão a respeito do que foi lido. No próprio título isso já fica evidente, quando os búfalos são adjetivados de “invasores”.

A notícia tem por objetivo falar sobre os impactos ecológicos nas reservas ambientais de Rondônia decorrentes da presença de búfalos “invasores” na região. Entre os impactos, destacam-se a extinção de espécies, mudança no fluxo dos lagos e redução da vegetação. Relata-se como os animais inicialmente chegaram à região – por iniciativa humana, visando à movimentação da economia – antes de se espalharem e se reproduzirem, chegando à dimensão do atual rebanho.

Informa-se também sobre a falta de iniciativa governamental para remediar a situação. Em sequência, aparecem duas seções na notícia, ambas intituladas em forma de interrogação. Em “Animais selvagens?”, mencionam-se algumas características das espécies e listam-se as áreas que estão sendo impactadas, bem como quais alterações podem ser percebidas nelas. Em “Afinal, por que os búfalos ainda permanecem na região?”, abordam-se projetos governamentais que foram abandonados e a necessidade de se pensar em novos para se lidar com a situação.

Conforme já mencionado, o título do texto é “Quase cinco mil búfalos selvagens e invasores vivem sem monitoramento, devastando reservas ambientais de RO”. O primeiro aspecto a ser observado no título é a adjetivação dos búfalos. Tidos como selvagens e invasores, os adjetivos mobilizados já direcionam o leitor à conclusão de que são os animais os responsáveis diretos pela devastação mencionada. Segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, selvagem diz respeito tanto àquele que é próprio das selvas, que vive de forma livre e silvestre, como também se refere a quem é inculto, arisco e intratável. No senso comum, os sentidos da palavra estão vinculados, o que torna “selvagem” um termo dotado de conotação negativa em nossa sociedade. Invasor, por sua vez, refere-se àquele que está em um ambiente que não lhe pertence, que se alastra de forma indevida.

O subtítulo – “Búfalos estão causando extinção de espécies, mudança no fluxo de rios e redução da vegetação. Não existe qualquer projeto por parte do governo de monitoramento e controle dos animais” – reforça a responsabilização dos animais, dessa vez não pelo léxico escolhido, mas pela construção na voz ativa. Seria possível uma construção na voz passiva ou mesmo sem sujeito, de modo a enfatizar os impactos ambientais que são mencionados: extinção de espécies, mudança no fluxo de rios e redução da vegetação. Entretanto, a ordem frasal escolhida é a voz ativa, conferindo agentividade aos animais: são os búfalos que estão causando todos os problemas citados. O foco está no sujeito que executa a ação de “causar”.

O primeiro parágrafo da notícia reforça o que já foi exposto: “Extinção de espécies nativas, mudança no curso dos lagos e redução da vegetação são algumas consequências da presença dos animais classificados como ‘exóticos’ e invasores” (g1, 2023). Nesta passagem, a utilização da voz passiva causa o efeito contrário do trecho anteriormente discutido, ou seja, não responsabiliza ninguém pela ação. Aqui, cabe o questionamento então: quem classifica esses animais como exóticos e invasores? Qual foi o critério utilizado para tal classificação?

Couto (2009), amparado nas ideias de Alwin Fill, afirma que as línguas tendem a colocar o ser humano no centro do universo e acima das demais espécies: "Isso significa que o vocabulário, e às vezes até mesmo partes da gramática, se referem ao mundo com base na utilidade (e seu contrário) que a coisa designada possa representar para os falantes" (Couto, 2009, p. 132). Ou seja, a referência aos demais seres vivos raramente é feita de modo a demonstrar o valor e a interdependência de todos os seres.

Tendo isso em mente, pode-se presumir que a classificação dos búfalos como “exóticos” e “invasores” desconsidera a função ecológica que essas espécies desempenham no ecossistema, levando em conta apenas a utilidade que os animais têm para os humanos – nesse caso, a única utilidade possível é a econômica. Um adjetivo complementa o outro, com exótico se referindo ao que vem de fora e invasor àquele que está onde não pertence. Aqui, desconsidera-se a vida dos animais e foca-se em uma única mensagem: eles são indesejados aos olhos dos humanos.

Em sequência, torna-se mais claro o como e o porquê esses animais foram parar em reservas ambientais de Rondônia. Relata-se que os búfalos são nativos da Ásia e foram transportados para uma região do Vale do Guaporé, a Fazenda Pau D’Óleo, por volta de 1950. Tratava-se de um projeto dos administradores do território, antes mesmo do local ser o estado de Rondônia:

O objetivo do projeto era criar os animais para comércio e consumo da carne e do leite, além de ajudar na força de tração (mover aparelho ou máquina com força animal), como forma de movimentar a economia local. No entanto, o projeto foi abandonado por “não apresentar o resultado esperado”, segundo o governo de Rondônia (g1, 2023).

Segundo Guzzo (2019), desde as civilizações mais antigas, os animais são vistos como produtos, como objetos utilitários que têm como função auxiliar nas tarefas e no cotidiano dos homens. Essa visão foi sustentada por pensadores de renome – como Aristóteles e Descartes – e também por crenças judaico-cristãs, que estabeleceram um dualismo entre homem e natureza. Essa visão utilitarista é notada quando se fala em “criar os animais para comércio e consumo da carne e do leite” e no abandono por “não apresentar o resultado esperado”, no trecho anterior.

Os animais são vistos como proveitosos pelo que podem oferecer comercialmente – neste caso: carne, leite e força de tração – não pelo seu próprio direito à vida ou pela sua participação no ecossistema. Ecossistema, inclusive, do qual foram retirados pela ação antropocêntrica. O que

o texto denomina de “invasão” foi uma inserção forçada dos animais em um ambiente que lhes é estranho. O que chama de “devastação” é a tentativa dos animais de se adaptarem ao novo ambiente, tirando dele o seu sustento.

A adaptação faz parte da dinâmica de inter-relações em um ecossistema (Couto; Fernandes, 2021). Os organismos precisam se adaptar ao seu meio e entre si para garantir a continuidade da vida e o equilíbrio do meio ambiente. Em seu habitat natural, presume-se que esse equilíbrio foi alcançado entre os búfalos e seu meio. No novo contexto, em Rondônia, o habitat tem dificuldade de se adaptar à nova população e por isso sofre os impactos mencionados. Entretanto, é o homem quem realocou esses indivíduos na tentativa de moldar o ecossistema aos seus próprios interesses: "Atualmente o ser humano como organismo age com poder ilimitado em grande medida adaptando o meio ambiente a ele em vez de o *Homo sapiens* se adaptar ao meio ambiente" (Couto; Fernandes, 2021, p. 24).

Ainda no que diz respeito ao uso dos animais para carne, leite e força de tração, o trecho que descreve as possíveis utilidades dos búfalos não causa estranhamento ao leitor devido ao que Joy (2014, p. 18) chama de esquema: “Um esquema é uma estrutura psicológica que dá forma a – e é formada por – nossas crenças, ideias, percepções, experiências, e que organiza e interpreta automaticamente a informação que recebemos [...] agem como sistemas de classificação mental”.

Segundo a autora, os esquemas se estendem às classificações que fazemos dos animais. E a classificação, por sua vez, determina como nos relacionamos com eles e como os tratamos. Dessa forma, já temos uma classificação dos búfalos como animal ou selvagem ou de criação. Não são uma espécie com a qual nos relacionamos afetivamente, portanto não nos choca que sejam designados como uma fonte de alimento e trabalho, nem como um problema ambiental a ser resolvido. O mesmo não aconteceria com todas as espécies, dado o nosso esquema.

O trecho que vem em sequência na notícia, sobre o alastramento do rebanho, traz mais um exemplo do quanto a escolha lexical impacta na construção de sentido do texto:

O rebanho se espalhou, invadindo outras áreas de conservação do estado, incluindo a Reserva Biológica (Rebio) Guaporé e a Reserva extrativista (Resex) Pedras Negras. Além disso, existem indícios de que os animais também migraram para a Bolívia, país que faz fronteira com Rondônia, segundo a secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (Sedam).

A Sedam afirmou que não existe nenhum projeto de monitoramento, controle e erradicação dos búfalos em andamento por parte do governo de Rondônia. Enquanto isso, o rebanho solto continua causando alterações ambientais nas áreas protegidas (g1, 2023).

Nota-se, nesta passagem, o uso dos termos “invadindo” e “migraram”. A palavra “invadir” é mais incisiva e culpabiliza os animais, enquanto “migrar” pode simplesmente denotar a passagem de uma região para outra. Entretanto, neste caso, elas são utilizadas praticamente como sinônimos, visto que é relatado que a devastação também já está sendo percebida na Bolívia.

Mais uma vez, a construção frasal reforça a agentividade dos animais, sendo que sua movimentação pelo meio ambiente é apenas uma forma de adaptação ao ecossistema.

Essa agentividade que culpabiliza os animais pressupõe a existência de algo ou alguém que é vitimado pelos seus atos. Os animais se tornam transgressores de fronteiras e causadores de desequilíbrios ambientais. As áreas de conservação do Estado e, neste caso, o próprio Estado, se tornam as vítimas dos animais invasores. Há uma oposição construída entre a natureza e o Estado, que supostamente estão do mesmo lado, e os animais, os antagonistas. Essa imagem dos animais enquanto vilões desconsidera que foram as próprias ações humanas que levaram ao seu deslocamento e conseqüente devastação, e que também são as ações humanas que podem intervir para amenizar o problema criado.

Outro aspecto a ser ressaltado aqui é a porosidade inerente aos ecossistemas. A porosidade, também chamada de abertura, é a propriedade dos ecossistemas que os tornam difusos e fluidos: “Os ecossistemas não têm fronteiras nitidamente delimitadas [...] se imbricam uns nos outros, havendo migrações de organismos entre eles, troca de matéria e energia” (Couto, 2007, p. 34). Em outras palavras, tudo está inter-relacionado. As fronteiras existentes entre Rondônia e Bolívia existem por razões territoriais e políticas, mas, em termos de ecossistema, não separam de fato um meio ambiente do outro, ambos servindo como habitat para os animais.

Por fim, neste trecho, destaca-se a escolha do item lexical “erradicação”. Erradicar os búfalos é um eufemismo para “abater”, que, por sua vez, é um eufemismo para “matar”. Entretanto, o termo “matar” vem carregado de conotação negativa, sendo socialmente associado a assassinatos, crimes e sofrimento. A opção por um termo mais ameno ameniza também o ato, levando à percepção de que, no caso da erradicação, deve haver uma causa plausível que a justifique. A mesma estratégia de suavização é utilizada em momentos em que se fala em “controle” e “remoção” dos animais.

Essa percepção de que certos atos e comportamentos podem ser justificados está no cerne do próprio especismo. Horta (2022, p. 166) conceitua o especismo como “a consideração ou tratamento desfavorável injustificado daqueles que não são classificados como pertencentes a uma certa espécie”. Entretanto, o autor ressalta que o “tratamento desfavorável injustificado” deve ser pensado em termos de discriminação, de modo que não se tente justificar uma atitude especista. O especismo deve ser compreendido nos mesmos termos em que o racismo, sexismo e outras formas de discriminação.

O especismo não é apenas a exclusão dos que não pertencem à espécie *Homo sapiens* ou o favorecimento dos humanos em relação aos não humanos (Horta, 2022). Trata-se de uma hierarquização entre diferentes espécies de animais não humanos, de modo a se considerar uma espécie mais ou menos importante do que outra. E onde cada espécie se encaixa nessa hierarquia tem a ver com os esquemas de classificação e o utilitarismo já mencionados.

Torna-se plausível culpabilizar os búfalos por um problema causado por ação humana, bem como é socialmente aceitável pensar na sua erradicação, porque se trata de uma espécie classificada como selvagem e, por isso, como de produção. Tal comportamento não implica ódio ou hostilidade aos animais, mas simplesmente uma desconsideração de seus interesses e necessidades. O enredo seria diferente se os animais envolvidos tivessem outra classificação, caso tivessem alguma ligação afetiva com os humanos – como os gatos e cachorros, exemplos de animais domésticos – ou pudessem oferecer-lhes algum benefício econômico. Isso é comprovado pelo fragmento transcrito abaixo:

No estado do Pará e em outras regiões de Rondônia, no entanto, a situação é bem diferente: os búfalos são domesticados e contribuem para a economia local [...] No estado de Rondônia existem mais de seis mil búfalos domesticados que pertencem a produtores rurais (g1, 2023).

E também pela explicação dada de uma analista ambiental:

Lidiane França, analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Icmbio), explica que os búfalos se "tornaram" selvagens porque foram abandonados por décadas, sem contato humano e sem monitoramento. Dessa forma, eles desenvolveram um "modo de sobrevivência selvagem" [...] Eles mudam o curso dos lagos que passam pela área protegida e criam novos "canais". Isso é causado por um comportamento natural da espécie: andar em fileiras. Os canais criados pelos animais alteram o fluxo da água e acabam comprometendo uma das principais características do ambiente, explica a analista (g1, 2023).

Nota-se a dicotomia entre selvagem e doméstico. O animal domesticado, portanto pertencente a uma diferente classificação nos nossos esquemas mentais (Joy, 2014), traz benefícios para os produtores rurais e para a economia, por isso não são passíveis de erradicação e nem culpabilização por impactos ambientais causados meramente pela sua tentativa de adaptação ao meio ambiente.

Quando se diz que os búfalos "foram abandonados", omitem-se os agentes desse abandono. Mais uma vez, é uma forma de não culpabilizar as ações humanas governamentais que inseriram os animais em Rondônia. Além disso, há aqui uma contradição a respeito da agentividade constantemente atribuída aos búfalos no decorrer do texto. Os animais foram colocados como sujeitos ativos em construções como "devastando", "estão causando", "invadindo" e, neste trecho em questão, "eles mudam". Entretanto, nessa passagem é colocado que "isso é causado por um comportamento natural da espécie". Ou seja, os animais não estão ativamente e conscientemente devastando o meio ambiente; estão agindo naturalmente como sua espécie deve agir.

Por fim, a notícia se encerra abordando a falta de iniciativa para se conter os impactos ambientais já mencionados:

Um Projeto de Lei sancionado em 2016, pelo então governador Confúcio Moura, tinha o objetivo de regulamentar o abate de búfalos no Vale do Guaporé para conter o impacto causado pelos animais nas atuais Refau Pau D'Óleo e Resex Pedras Negras.

A legislação, que autorizava o abate de 5 mil búfalos de reserva, previa que o processo fosse supervisionado pela Agência de Defesa Agrossilvipastoril de Rondônia (Idaron) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) (g1, 2023).

Explica-se que o projeto foi esquecido porque a região é uma Unidade de Conservação Federal, logo o estado não podia atuar na questão, então novas medidas e posicionamentos precisam ser tomadas. Duas escolhas lexicais se destacam aqui. A primeira é o uso do vocábulo “abate”, antes suavizado pelos termos “erradicação”, “controle” e “remoção”. Pode-se pensar à primeira vista que o eufemismo foi abandonado em prol de uma abordagem mais direta. Entretanto, fala-se em abate “regulamentado” e “autorizado”, bem como em “processo supervisionado”. Todos esses termos conferem credibilidade e confiabilidade à eliminação dos animais, visto que, quando algo é regulamentado, autorizado e supervisionado, significa que houve cuidadosa deliberação por profissionais.

Trata-se de uma estratégia que faz exatamente o que Horta (2022) explica: busca justificar um tratamento desfavorável à espécie, assim validando uma atitude especista de modo a não levantar questionamentos e inquietações. Segundo o autor, é frequente que os animais não humanos não sejam considerados como indivíduos, mas como meros exemplares de uma espécie. Entretanto, quem sofre o especismo são os membros individuais, não a espécie enquanto tal. Neste caso, é especificamente a população de quase cinco mil indivíduos que estão habitando as reservas ambientes de Rondônia que está correndo risco de abate. É o direito à vida especificamente desses indivíduos da espécie que está sendo desconsiderado.

Para a ADE, segundo Couto e Fernandes (2021, p. 19), “todos os organismos do meio ambiente estão sempre em busca da sua autorrealização ou do seu bem-estar”. Isso significa que todos os seres vivos, humanos ou não, têm igual direito à vida. Dessa forma, a vida da vegetação nativa de Rondônia não pode se sobrepor à vida dos búfalos que foram forçadamente alocados na região, bem como os interesses econômicos dos humanos não pode se sobrepor ao direito de existência de qualquer outro animal não humano.

É preciso pensar em alternativas que visem à harmonia, mas “não uma harmonia egoísta e individual como sua concepção moderna atrelada à ideologia do capitalismo-consumismo” (Couto; Fernandes, 2021, p. 19). Mas sim uma harmonia relacionada ao reestabelecimento do ecossistema como um todo, considerando todos os seres em equilíbrio e em inter-relação. Conforme foi apresentado, os processos de referenciação – materializados na adjetivação, na voz passiva, na eufemização e na agentividade dos animais – criam a vulnerabilidade linguístico-discursiva no meio digital. E reconhecer a vulnerabilidade linguístico-discursiva é um primeiro

passo rumo à consciência e ao despertar diante de tanta informação enviesada (ou em alguns casos, desinformação) que circula em nossa sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos de ecossistema e interação, conforme já mencionado, são centrais no escopo teórico da ADE. Na ecologia, fala-se em relações harmônicas e desarmônicas intra ou interespecíficas, ou seja, entre a mesma espécie e entre espécies diferentes. O que a notícia relata sobre a interação entre os búfalos e as espécies nativas de Rondônia, por exemplo, é uma relação interespecífica desarmônica, em que há competição por espaço e alimento e, conseqüentemente, desequilíbrios ecológicos.

Apesar de os animais não humanos não compartilharem da nossa linguagem, a relação desarmônica interespecífica que estabelecemos com eles tem uma relação com os processos de referenciação a eles na nossa interação comunicativa. A linguagem que utilizamos influencia no tratamento que dispensamos às espécies. Classificamos os seres de acordo com a utilidade que eles têm para nós e, assim, justificamos atitudes especistas que atentam contra a vida de animais não humanos: "O fato é que o modo como nos sentimos em relação a um animal e a maneira como o tratamos depende muito menos do tipo de animal que ele é que da percepção que temos dele" (Joy, 2014, p. 20).

É justamente por isso que o letramento digital se torna necessário para a propagação de discursos mais conscientes em nossa sociedade. Em um mundo digital em que cada vez mais é preciso filtrar as informações que nos chegam e analisar criticamente aquilo que lemos, há um grande risco de propagarmos sem perceber as diferentes discriminações que assolam aqueles mais vulneráveis: machismo, racismo e, dentre vários outros, especismo.

Segundo Ribeiro (2008, p. 37), "o ideal é que alarguemos nossos horizontes, nos apropriemos das possibilidades que existem e sejamos competentes para atuar por meio da maior parte delas". Isso só é possível por meio da ampliação dos modos de ler, escrever e compartilhar conhecimento. Dentro e fora dos muros escolares e acadêmicos, é preciso, por meio do letramento, ter autonomia para conseguir questionar, analisar criticamente e compreender os fenômenos sociais.

Couto (2009, p. 137) afirma que "uma vez que nossa língua de certo modo reflete o mundo filtrado pela comunidade de falantes, o modo como falamos do mundo até certo ponto reflete como agimos sobre ele". Dessa forma, promover o letramento e repensar na linguagem que usamos, principalmente nessa era digital, é também uma forma de favorecer práticas sociais e discursivas mais conscientes. Também, é uma forma de combater a vulnerabilidade linguístico-discursiva que tanto afeta grupos mais suscetíveis. O uso (in)adequado das mídias e plataformas

digitais tem implicações para a nossa linguagem, nossa visão de mundo, nosso comportamento e, conseqüentemente, nossa relação com todos os demais seres que coabitam o planeta conosco.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.
- CANAVILHAS, João Messias. *Webjornalismo – Considerações gerais sobre jornalismo na web. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, 2001.
- COSCARELLI, Carla Viana et al. Letramento digital e multimodalidade: uma entrevista com a professora Carla Coscarelli em tempos de pandemia. *Palimpsesto-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, v. 19, n. 34, p. 3-37, 2020.
- COUTO, Elza Kioko Nakayama do. 10 anos de Ecolinguística no Brasil: inovações e reinterpretações. In: *Linguística Ecosistêmica: 10 anos de Ecolinguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 45-64, 2017.
- COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do; FERNANDES, Eliane Marquez da Fonseca. *Análise do discurso ecosistêmica (ADE): teoria e prática*. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Linguística / Universidade de Brasília, 2021.
- COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do; RAMADAN, Maria Ivoneti Busnardo. *Análise do discurso ecosistêmica: teias e trilhas do ecossistema mental*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024.
- COUTO, Hildo Honório do. Ecolinguística. *Cadernos de linguagem e sociedade*, v. 10, n. 1, p. 125-152, 2009.
- COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus Editora, 2007.
- DEMETRI, Felipe Dutra. *Corpos despossuídos: Vulnerabilidade em Judith Butler*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2018.
- g1 RO. *Quase cinco mil búfalos selvagens e invasores vivem sem monitoramento, devastando reservas ambientais de RO*. g1, 2 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2023/12/02/quase-cinco-mil-bufalos-selvagens-e-invasores-vivem-sem-monitoramento-degradando-reservas-ambientais-de-ro.ghtml>. Acesso em: 03 maio 2024.
- GUZZO, Mariana Munaretto. *Mais ronron, por favor: mitologia para o consumo no perfil do petinfluencer @canseidesergato no Instagram*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.
- HORTA, Oscar. O que é o especismo?. *ethic@-An international Journal for Moral Philosophy*, v. 21, n. 1, p. 162-193, 2022.
- JOY, Melanie. *Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas: uma introdução ao carnismo: o sistema de crenças que nos faz comer alguns animais e outros não*. São Paulo: Cultrix, 2014.
- RIBEIRO, Ana Elisa. *Navegar lendo, ler navegando*. Aspectos do letramento digital e da leitura de jornais. 2008. 243 f. Tese. (Doutorado em Estudos Lingüísticos). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- ROJO, Roxane. *Letramento e capacidades de leitura para a cidadania*. São Paulo: SEE: CENP, 2004.

PRIBERAM, Dicionário da Língua Portuguesa, 2008-2024. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org>. Acesso em: 08 jul 2024.

SILVA, Anderson Nowogrodzki da. Confluências entre a sociolinguística qualitativa e a ecolinguística: práticas religiosas virtualizadas. *Ecolinguística: Revista Brasileira De Ecologia E Linguagem (ECO-REBEL)*, v. 5, n. 2, p. 544-74, 2019.

SILVA, Anderson Nowogrodzki da. O conceito de discurso sob a perspectiva da Análise do Discurso Ecolinguística. *BOLETIM DO GEPELE (Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Ecolinguística)*, n. 10, p. 16-21, 2022.

SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). *Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001*. São Paulo: Global, 2003.

## AS AUTORAS

### Mayara Macedo Assis

Doutoranda em Letras e Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) da Faculdade de Letras (FL) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Possui mestrado pela mesma instituição.

### Zilda Dourado Pinheiro

Professora efetiva do curso de Letras Português/Inglês da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Sudoeste (sede em Quirinópolis). Possui pós-doutorado em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Possui mestrado e doutorado em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás.

### Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto

Professora titular da Universidade Federal de Goiás (UFG), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Possui pós-doutorado pela Universidade de Brasília e pela Universidade de Bolonha (Itália). Possui mestrado e doutorado em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É líder, no Diretório do CNPq, do NELIM (Núcleo de Ecolinguística e Imaginário).